



Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.092.037/0001-81 – Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras de 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2021

Aviso aos Acionistas – A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial (“Eternit” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado ao contrário são apresentadas em milhares de reais, com base em números consolidados, elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, notadamente a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Prezados acionistas do Grupo Eternit, A Companhia apresenta seus resultados do ano 2021, o melhor de sua história. Disciplina e perseverança são palavras que resumem o empenho realizado pela Administração nos últimos cinco anos, quando iniciamos um processo de turnaround que permitiu enfrentarmos os principais problemas da Companhia e seus maiores desafios. O ano 2021 foi um divisor de águas na vida de muitas empresas e, conosco, não foi diferente. Precisamos mudar rapidamente e fomos resilientes para completar a travessia. 2021 apresentou-se como um ano de oportunidades. Reforçamos nosso time de práticas “ESG” (Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança) com acompanhamento direto pelo Comitê Financeiro e Auditoria e participamos de diversas iniciativas de apoio a questões sociais que afetaram regiões, ou mesmo estados, onde operamos e impactamos as comunidades do nosso entorno. Além disso, estamos atentos a questões relacionadas à Diversidade, Equidade e Inclusão, e programas para 2022 um trabalho de retratamento sobre essas questões, fundamentais para termos uma sociedade cada vez mais acolhedora. Os eventos climáticos são cada vez mais frequentes no nosso planeta, que pede ajuda em face do aquecimento global. Fabricamos telhas de fibrocimento, a cobertura mais utilizada por populações de baixa renda e nos diversos momentos de adversidades climáticas não nos furtamos em prestar apoio na reconstrução de coberturas de residências em regiões de alta vulnerabilidade social afetadas por desastres da natureza. Também iniciamos nossos estudos para a redução da emissão dos gases de efeito estufa das nossas operações e pretendemos, com a brevidade que o assunto requer, implantar iniciativas de redução das emissões dos escopos 1, 2 e 3, assim como projetos de captura de gás carbônico, como o manejo de florestas próprias, entre outras iniciativas em estudo. Nosso projeto de telhas fotovoltaicas, as telhas de concreto da Tégula Solar, e de fibrocimento da Eternit Solar, já estão em fase de testes em dezenas de residências e pequenas empresas e nossa aproximação com o mercado de geração distribuída de energia elétrica está cada vez mais consolidado. E o melhor, é um projeto de geração de energia limpa que poderá resultar, também, na geração de créditos de carbono no futuro. A aquisição da CONFIBRA, fabricante de telhas de fibrocimento sediada em Hortolândia, no Estado de São Paulo, em 2021, foi um passo importante na direção da consolidação da liderança no mercado de coberturas e uma excelente oportunidade de integração operacional e captura de sinergias, inclusive com a utilização das fibras de polipropileno produzidas pela Eternit da Amazônia. Essa aquisição, ainda em análise pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência, não seria possível sem o suporte dos acionistas da companhia, que compareceram na chamada de capital de R\$ 110.000.000,00 realizada em 2021, e para os quais manifestamos, novamente, o nosso agradecimento. A Pandemia da Covid-19 segue afetando a vida de todos, o mundo mudou. No nosso ambiente seguimos atendendo a todas as recomendações de saúde e segurança no trabalho e temos um percentual muito baixo de colaboradores contaminados. Não podemos descurar, precisamos vencer essa guerra, juntos! A Companhia, através do seu Diretor de Relações com Investidores, e o Conselho de Administração, através do seu Presidente, seguirão disponíveis para o mercado e seus acionistas.

Atenciosamente,
Marcelo Gasparino da Silva
 Presidente do Conselho de Administração
 marcelo.gasparino@eternit.com.br

Mensagem da Administração – O ano de 2021 foi marcado pelo excelente desempenho operacional e financeiro da Companhia, impulsionado pela demanda aquecida do setor de material de construção, o que proporcionou um crescimento de 64% no seu Faturamento Líquido. Apesar da forte pressão dos preços de matérias-primas e demais insumos de produção, a Eternit demonstrou resiliência no seu desempenho, sustentada pela estratégia comercial de pulverização das vendas e aumento de cobertura geográfica. Em 2021, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 337 milhões, registrando um dos melhores resultados da história da Companhia e superando em 176% o valor de 2020. A Margem EBITDA Ajustado alcançou 30%, a melhor performance em dez anos, superando em 10 p.p. o desempenho de 2012, o segundo melhor resultado do período. Da mesma forma, foi contabilizado um Lucro Líquido de R\$ 251 milhões, representando um expressivo crescimento de 70% em relação ao desempenho do ano anterior. Dando continuidade ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, a Companhia prosseguiu com as ampliações das unidades do Rio de Janeiro e de Goiânia, dentre outros projetos, que juntas representarão um adicional na capacidade produtiva de 7 mil toneladas por mês, cerca de 10% da capacidade atual da Eternit. A conclusão da ampliação da fábrica do Rio de Janeiro está prevista para o 1º T22 e a fábrica de Goiânia para o 2º T22. No 3º T21, foram realizadas as primeiras vendas das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10, ainda de forma restrita a projetos selecionados, sendo cumprida mais uma etapa importante do programa de desenvolvimento do negócio. Em dezembro, a telha fotovoltaica de fibrocimento F-140 teve seu registro homologado pelo Inmetro, cumprindo assim a etapa final do processo de registro do novo produto. No âmbito do Plano de Recuperação Judicial, em 2021, procedeu-se à liquidação financeira da alienação da UPI Louças Sanitárias (CSC) e a alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia, tendo a Companhia recebido o montante de R\$ 122 milhões. Os recursos levantados foram destinados à quitação dos credores concursais da Opção A e B da Classe III, totalizando pagamentos no montante de R\$ 100,5 milhões. Assim, a dívida concursal da Eternit ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 45 milhões, dos quais R\$ 37 milhões se referem ao empréstimo contratado em 2014 junto ao Banco da Amazônia – BASA para implantação da unidade de fibra de polipropileno da Eternit Amazônia. Em linha com a estratégia da Companhia de crescimento e consolidação setorial, em março, foi realizada a captação de R\$ 110 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, sendo os recursos destinados à aquisição da Confibra. Em janeiro/22, a Companhia informou ao mercado através de Fato Relevante a celebração do contrato de compra e venda para aquisição da totalidade do capital social da Confibra. A aquisição representará um adicional de cerca de 20% na capacidade de produção de telhas de fibrocimento do Grupo Eternit. Em novembro, foi anunciada a implantação de uma nova fábrica de telhas de fibrocimento na região Nordeste do país, na cidade de Caucaia-CE, representando um investimento de cerca de R\$ 165 milhões, com início de operação prevista para 2023. A nova unidade industrial terá capacidade inicial de 7 mil toneladas por mês, sendo possível, em uma segunda etapa, a sua duplicação utilizando a infraestrutura ora em construção. A produção da fibra sintética de polipropileno (PP) na unidade de Manaus, insumo para produção de fibrocimento, totalizou 12 mil toneladas em 2021, registrando novo recorde de produção, 25% acima da capacidade de projeto. Diante da demanda aquecida no segmento de fibrocimento, da aquisição da Confibra e do projeto greenfield do Ceará, a Companhia anunciou ao mercado, em janeiro/22, a ampliação de capacidade da unidade de Manaus para 18.000 mil t/a, representando um adicional de cerca de 40% da capacidade atual. A conclusão da ampliação da fábrica de Manaus está prevista para o final de 2023, com investimento estimado de R\$ 24 milhões. Por fim, após um período de seis anos, a Companhia voltou a realizar pagamento de juros sobre capital próprio aos seus acionistas, tendo distribuído no mês de dezembro R\$ 14,9 milhões. **Desempenho Operacional: Eternit – Segmento Fibrocimento:** O volume de vendas de telhas em 2021 totalizou cerca de 711 mil toneladas, superior em 14% frente ao ano de 2020, registrando o melhor desempenho dos últimos cinco anos.

Reforçando a estratégia de diversificação de produtos de fibrocimento, o volume de vendas do segmento de sistemas construtivos, que contempla placas e painéis cimentícios, totalizou cerca de 16 mil toneladas em 2021, superior em 89% frente ao resultado de 2020.

A unidade de Manaus, responsável pela produção de fibra de polipropileno (PP), operou a plena capacidade em 2021, totalizando cerca de 12 mil toneladas, novo recorde de produção, superando em 25% a capacidade de projeto. A produção de 2021 foi superior em 52% ao volume produzido em 2020.

Apesar da forte pressão dos preços das matérias-primas ao longo de 2021 (celulose: +41%; resina de PP: +38%; cimento: +19%), a Companhia logrou êxito na estratégia de preservação da margem bruta, que considera a produção integrada de fibra de polipropileno. Em 2021, a margem bruta atingiu 39%, representando um ganho de 11 p.p. frente ao ano de 2020.

Fibrocimento – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Receita líquida	467.856	355.581	421.681	519.989	837.049	61,0	11,6
Lucro bruto	89.757	30.939	71.107	143.302	326.099	127,6	19,9
Margem bruta	19%	9%	17%	28%	39%	11 p.p.	9%

Sama – Segmento Mineral Criotita: Em 2021, foram exportadas cerca de 158 mil toneladas de fibra criotita, representando um crescimento de 111% em relação a 2020. Toda produção da fibra criotita foi destinada ao mercado externo, atividade amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, de 16/07/2019.

Vendas de Mineral Criotita (t)

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Vendas	144.301	119.118	18.774	75.009	158.383

No ano de 2021, a margem bruta das exportações atingiu 62%, representando um recuo de 9 p.p. em relação ao ano de 2020.

Mineral Criotita – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Receita líquida	163.383	155.830	26.306	133.698	268.738	101,0	50%
Lucro bruto	81.186	76.514	507	94.566	165.649	75,2	50%
Margem bruta	50%	49%	2%	71%	62%	(9) p.p.	49%

Tégula – Segmento Telhas de Concreto: O volume de vendas de telhas de concreto auferido em 2021 totalizou cerca de 8 milhões de peças, recuo de 6% frente ao ano de 2020.

Vendas Telhas de Concreto (mil peças)

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Vendas	19.152	14.998	9.436	8.668	8.124

Apesar da queda no volume de vendas no segmento de telhas de concreto, a margem bruta auferida foi de 18% em 2021, representado um ganho de 9 p.p. frente ao ano de 2020.

Telhas Concreto – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Receita líquida	33.548	24.689	16.104	15.315	16.719	9,2	20%
Lucro bruto	8.457	4.896	1.315	1.317	3.000	127,8	20%
Margem bruta	25%	20%	8%	9%	18%	9 p.p.	20%

Desempenho Financeiro Consolidado: Receita Líquida: A Receita Líquida totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2021, aumento de 64% frente ao ano de 2020, tendo como destaque o bom desempenho no mercado interno, que atingiu uma Receita Líquida de R\$ 854 milhões em 2021, superior em 55% quando comparada ao ano de 2020. A Receita Líquida das exportações, decorrentes da comercialização de fibra de criotita, totalizaram R\$ 269 milhões, superior em 101% frente ao ano de 2020.

Receita Líquida (R\$ mil)

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Líquida	665.739	536.905	488.671	683.423	1.123.125

Custo dos produtos e mercadorias vendidos: No exercício de 2021, o CPV totalizou R\$ 632 milhões, aumento de 38% em relação ao ano de 2020. O crescimento registrado é resultado principalmente: (i) aumento expressivo no volume de vendas do segmento de fibrocimento e das exportações do criotita; e (ii) forte alta nos preços das matérias-primas e demais insumos de produção (celulose: +41%; resina de PP: +38%; cimento: +19%).

Consolidado – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Receita líquida	665.739	536.905	488.671	683.423	1.123.125	64,3	64,3
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(501.929)	(432.786)	(420.101)	(456.079)	(632.075)	38,6	38,6
Lucro bruto	163.810	104.119	68.570	227.344	491.050	116,0	25%
Margem bruta	25%	19%	14%	33%	44%	11 p.p.	19%

Lucro Bruto: Apesar da forte alta nos preços das matérias-primas, o Lucro Bruto atingiu R\$ 491 milhões em 2021, superior em 116% frente ao desempenho registrado em 2020. O segmento de fibrocimento, core business da Companhia, representou 66% do Lucro Bruto auferido no ano. A Margem Bruta registrada em 2021 foi de 44%, representando um ganho de 11 p.p. frente ao mesmo período de 2020.

Lucro Bruto 2021

Segmento	Porcentagem
Fibrocimento	66%
Mineral Criotita	34%
Telhas de Concreto	0,4%

Despesas com vendas: Em 2021, as despesas com vendas cresceram 56% em relação ao ano de 2020 totalizando R\$ 94 milhões, fruto, principalmente, do aumento no volume de vendas nos segmentos de fibrocimento e mineral criotita, e da elevação das despesas variáveis de exportações. No entanto, quando as despesas com vendas são analisadas em relação a receita líquida, nota-se que, em 2021, as despesas comerciais recuaram 1 p.p. frente ao ano de 2020.

Consolidado – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Despesas com vendas	(76.545)	(71.903)	(50.698)	(60.499)	(94.141)	55,6	56%
Despesas gerais e administrativas(1)	(76.748)	(84.128)	(69.174)	(82.320)	(96.855)	17,7	17,7
Outras receitas (despesas) operacionais	(210.392)	(38.347)	77.937	104.089	45.595	-56,2%	-56,2%
Total das despesas operacionais	(363.685)	(194.378)	(41.935)	(38.730)	(145.401)	275,4%	275,4%

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 97 milhões em 2021. A alta de 18% em relação ao ano de 2020 é decorrente, principalmente, do aumento na provisão de remuneração variável para colaboradores e administradores e devido à redução temporária de salários ocorrida no exercício de 2020, decorrente da aplicação da MP 936/2020 em função da pandemia da COVID-19.

Consolidado – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Despesas com vendas	(76.545)	(71.903)	(50.698)	(60.499)	(94.141)	55,6	56%
Despesas gerais e administrativas(1)	(76.748)	(84.128)	(69.174)	(82.320)	(96.855)	17,7	17,7
Outras receitas (despesas) operacionais	(210.392)	(38.347)	77.937	104.089	45.595	-56,2%	-56,2%
Total das despesas operacionais	(363.685)	(194.378)	(41.935)	(38.730)	(145.401)	275,4%	275,4%

Outras receitas (despesas) operacionais: As Outras Receitas (Despesas) Operacionais totalizaram um resultado positivo de R\$ 46 milhões no período de 2021, favorecidas pela venda do imóvel de Aparecida de Goiânia (R\$ 24 milhões), no âmbito do plano de recuperação judicial, pela contabilização de créditos tributários extemporâneos (R\$ 12 milhões) e pela reversão de contingências (R\$ 11 milhões).

EBITDA: O EBITDA Ajustado em 2021, excluiu os eventos não recorrentes, totalizou R\$ 337 milhões, superando em R\$ 215 milhões o resultado auferido em 2020, um dos melhores resultados da história da Companhia e o melhor para o período dos últimos 10 anos. O EBITDA2 totalizou R\$ 362 milhões no ano, superior em 74% em relação a 2020.

EBITDA Ajustado

Ano	2012*	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
EBITDA Ajustado	184,3	178,0	179,2	159,2	91,6	45,3	(35,6)	(5,4)	122,2	337,0

Margem EBITDA Ajustado

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Margem EBITDA Ajustado	20%	19%	18%	16%	11%	7%	-7%	-1%	18%	30%

Resultado Financeiro: No ano de 2021, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 1,4 milhão, principalmente em decorrência dos rendimentos da aplicação financeira da disponibilidade de caixa e da inexistência de captações de curto prazo para financiamento de capital de giro.

Consolidado – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Receitas Financeiras	1.109	459	26	528	9.261	1.654	1,654
Aplicação Financeira	1.109	459	26	528	9.261	1.654	1,654
Despesas Financeiras	(7.530)	(5.676)	(10.501)	(6.513)	(4.207)	(35,4)	(35,4)
Juros da Dívida Concursal	–	–	(5.731)	(4.431)	(4.207)	(5,1)	(5,1)
Juros de Financiamento	(7.530)	(5.676)	(4.770)	(2.082)	–	(100)	(100)
Outras	(9.823)	(24.203)	18.245	11.825	(3.989)	(133,7)	(133,7)
Líquido de Variações Cambiais	498	1.986	(731)	(804)	310	(138,6)	(138,6)
Resultado financeiro líquido	(16.442)	(27.434)	7.038	5.037	1.375	(72,7)	(72,7)

Lucro (Prejuízo) Líquido: O Lucro Líquido Ajustado, excluindo os efeitos não recorrentes, totalizou R\$ 251 milhões em 2021, superando em R\$ 165 milhões o resultado auferido em 2020.

Lucro Líquido Ajustado

Ano	2012*	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Lucro Líquido Ajustado	113,0	102,3	85,2	29,4	-8,7	-87,2	-112,5	-46,9	85,8	251,0

Endividamento Bruto (%)

Segmento	Porcentagem
Dívida bruta – curto prazo	10%
Dívida bruta – longo prazo	90%

Dívida (Caixa) Líquido – R\$ mil

	2017	2018	2019	2020	2021	2021vs2020	Var. %
Dívida bruta – curto prazo	58.888	98.824	49.812	–	3.911	–	–
Dívida bruta – longo prazo	38.570	32.101	63.762	66.398	33.485	(50)	(50)
Total da dívida bruta	97.458	130.925	113.574	66.398	37.396	(44)	(44)
(-) Disponibilidades	28.782	9.181	9.358	81.175	218.864	170	170
Dívida (Caixa) líquida	68.676	121.744	104.216	(14.787)	(181.468)	1.127	1.127

Recuperação judicial e dívida concursal: O plano de recuperação judicial continua em curso, fazendo parte do projeto de reestruturação do Grupo Eternit, que tem como objetivo o desenvolvimento de uma base operacional sólida para Companhia, através da modernização de suas unidades, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios.

No decorrer do ano de 2021, a Companhia procedeu com a liquidação financeira da alienação da UPI de Louças Sanitárias (CSC) e do imóvel de Aparecida de Goiânia. Os recursos captados na alienação destes ativos totalizaram cerca de R\$ 122 milhões, sendo que R\$ 100,5 milhões foram destinados para a quitação das Opções A e B da Classe III.

Dívida (Caixa) Líquido

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Dívida (Caixa) líquida	68.676	121.744	104.216	(14.787)	(181.468)

Divida Concursal 2021 (%)

Segmento	Porcentagem
Credores Trabalhistas	13%
Banco da Amazônia	4%
Fornecedores Concursais	84%

Esta forma, a dívida concursal no encerramento do período de 2021 totalizou cerca de R\$ 45 milhões, contemplando a parcela de US\$ 125 mil (R\$ 558,1 USD), sendo: • Banco da Amazônia: R\$ 37,4 milhões, com amortização mensal e juros pré-fixados de 7% a.a.; • Credores Classe I: R\$ 1,7 milhões, referentes a novos créditos trabalhistas habilitados; • Credores Classe III e IV: R\$ 5,6 milhões, referentes a fornecedores que não se apresentaram para o recebimento.

Classes

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Haircut	Dação	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Juros Encargos	Pagamentos realizados	Saldo Final
Classe I – Credores Trabalhistas – R\$ mil	6.466	–	–	2.564	–	(7.302)	1.728
Classe II – Credores com Garantia Real – R\$ mil	36.225	–	–	–	7.476	(6.305)	37.395
Classe III – Credores Quirográficos	107.672	(17.314)	(40.400)	(1.407)	3.369	(48.049)	3.871

... continuação

aumento na capacidade, melhoria de qualidade e ganho de confiabilidade nessas unidades. Diante do cenário de incerteza, o Grupo avaliou os ativos e passivos mobilizados de suas controladas Sama e Precon e decidiu reconhecer a perda de valor recuperável desses ativos (impairment), conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 10 e 11. **c) Coronavírus:** Apesar de alterações incógnitas significativas ocorridas no valor dos ativos financeiros em muitos mercados desde o início da pandemia, os efeitos da Covid-19 não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Companhia até o momento. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a Eternit opera, as condições financeiras da Companhia ou os resultados das operações ainda podem ser negativamente impactadas no futuro.

2 Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

Ao elaborar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou critérios de divulgação baseados em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas. **2.1. Políticas e normas contábeis:** Alterações IAS 37 – **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Alteração na norma IFRS 17 – Contratos de seguros:** Inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. **Alteração na norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras:** Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações passaram por uma classificação atual se baseia em sua entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos dez meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023; **Alteração na norma IFRS 3 – Combinações de negócios:** Inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. **Alteração na norma IAS 16 – Ativo imobilizado:** Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. **IAS 8 – Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros:** Altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração". **IAS 12 – Impostos de Renda:** Traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023. Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 15, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. **2.2. Declaração de conformidade e base para preparação:** As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações contábeis") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards- "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, implementados no Brasil através do Comitê de Mobilizatórios Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito a seguir: (i) O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos; (ii) As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); **2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais e de indicar e destituir a maioria dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A Administração da Eternit, baseada nos estatutos, controla as empresas listadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas entidades. A participação dos acionistas não controladores nas empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: (i) Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros; (ii) Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) da exercida das empresas controladas. O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas informações contábeis consolidadas do resultado a partir da data da efetiva alienação, até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. **2.4. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração e ratificadas pelo Conselho Fiscal da Companhia em 22 de fevereiro de 2022. **2.5. Principais práticas contábeis:** Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. **2.5.1. Política contábil geral: a) Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **b) Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data do balanço patrimonial. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **c) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5%, conforme a lei das sociedades anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. As demais políticas contábeis estão apresentadas individualmente em suas respectivas rubricas a seguir.

5 Estoques

Política contábil: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão de obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques,

31/12/2021		31/12/2020	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
262.186	169.157	73.028	84.867
52.469	20.379	32.090	2.958
43.122	17.740	25.383	(6.498)
38.348	33.352	4.996	(3.163)
178.890	109.474	70.416	48.148
39.727	50.010	(10.283)	(7.034)
615.742	420.112	195.630	119.278

31/12/2020		31/12/2020	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
167.807	109.693	58.114	43.046
50.518	18.427	32.090	(7.325)
48.285	16.405	31.880	(3.363)
119.929	111.769	8.160	(27.256)
144.525	62.747	61.778	13.168
24.807	28.057	(3.249)	(6.151)
555.871	367.098	188.773	12.119

8 Partes relacionadas

Saldos e transações da controladora com partes relacionadas:

31/12/2021		31/12/2020	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
181.370	–	59.961	–
40.982	(31.786)	2.797	–
2.948	(24.363)	26	–
86.710	(13.080)	1.692	–
24	(2)	499	(50)
6.413	(73)	7.392	(29)
318.447	(106.904)	72.367	(115.931)
316.442	(69.703)	68.920	(71.753)
2.005	(37.201)	3.447	(44.178)

Clientes (I)	Notas de débito (II)	Adiantamento a fornecedores (VI)		Mútuo (III)		Conta Corrente (IV)		Cessão de crédito (V)		Dividendos (VII)		Total	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
–	–	–	–	–	–	181.370	59.961	–	–	–	–	181.370	59.961
–	1.476	417	–	2.380	–	–	–	–	–	39.506	–	40.982	2.797
–	6	20	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26	–
–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.948	–	2.948	–
–	468	24	24	–	–	7	–	–	–	–	–	24	499
–	937	1.842	755	–	–	–	–	–	–	84.868	–	86.710	1.692
16	54	4.417	4.055	–	–	1.303	–	–	1.980	1.980	–	6.413	7.392
16	1.465	7.759	5.271	–	–	1.310	181.370	59.961	1.980	1.980	127.322	318.447	72.367

Fornecedores (I)	Nota débito (II)	Mútuo (III)		Cessão de Crédito (V)		Conta Corrente (IV)		Clientes (VI)		Dividendos (VII)		Total	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
–	–	–	–	–	–	(20.568)	(20.568)	–	–	–	–	(20.568)	(20.568)
–	–	(49)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(49)
(31.772)	(31.122)	1.757	186	–	–	–	–	(1.771)	(1.771)	–	–	(31.786)	(32.707)
–	(513)	(119)	(268)	(24.244)	(23.225)	–	–	–	–	–	–	(24.363)	(24.006)
–	–	(47)	(55)	–	(580)	(503)	(503)	(16.482)	(16.482)	–	–	(17.032)	(17.620)
(1)	(50)	(1)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2)	(50)
–	(12)	(92)	(517)	(12.988)	(20.373)	–	–	–	–	–	–	(13.080)	(20.902)
(28)	(19)	(45)	(10)	–	–	–	–	–	–	–	–	(73)	(29)
(31.801)	(31.716)	1.453	(713)	(37.232)	(44.178)	(503)	(503)	(37.050)	(37.050)	(1.771)	(1.771)	(106.904)	(115.931)

(I) Fornecimento de matéria-prima (fibra sintética) e/ou produtos acabados e prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas do Grupo; (II) Reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros; (III) Contratos de mútuo sobre os quais incidem imposto sobre Operações Financeiras – IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do adiantamento, renováveis por mais 24 meses; (IV) Valores transferidos à controlada Atena e Córdoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento ao Plano de Recuperação Judicial; (V) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predeterminado e sem incidência de juros; (VI) Compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno; (VII) Distribuição de dividendos relativo ao lucro líquido auferido nas controladas no exercício. As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31 de dezembro de 2021.

Vendas	Compras	Despesas administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo despesa		Juros sobre mútuo receita	
		31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	(153.904)	(91.996)	–	–	–	–	–	–	–
–	–	(351)	–	–	–	–	–	–	–
–	25	(8)	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	(1.276)	–	–	–	–	–	–	–
56	30	(37)	(55)	–	–	–	–	–	–
56	55	(153.941)	(93.686)	(101)	–	–	–	–	–

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Grupo reconheceu as despesas pagas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
4.444	4.491	5.492	5.449
7.226	717	7.483	905
330	271	330	271
12.000	5.479	13.305	6.625

Readequado a abertura do saldo de 2020, entre controladora e consolidado para base de comparabilidade. A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de acordo com a legislação societária e Estatuto Social da Companhia. Deste modo, o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 20 de abril de 2021, o qual foi fixado em até R\$ 9.065, sendo R\$ 6.136 para a Diretoria, R\$ 2.614 para o Conselho de Administração e R\$ 315 para o Conselho Fiscal para o exercício de 2021 (R\$ 8.863 para o exercício de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a posição acionária da Administração e Conselho Fiscal foi de R\$ 849.956.656 ações – ETERF3 (534.491 ações – ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado a seguir: **Demonstração das ações da Administração e Conselho Fiscal:**

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
474.155	324.825	–	–
175.900	203.000	–	–

4 Contas a receber

Política contábil: São registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações contábeis. O montante de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Eternit para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
69.242	56.358	74.061	63.421
–	–	80.347	35.940
69.242	56.358	154.408	99.361

Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
–	–	–	–
(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)
69.592	51.872	153.229	89.398

(i) Exportações da fibra de crisotila, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho de 2019 e regulamentada pelo Decreto nº 9.518 de setembro de 2019. Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
64.830	50.505	140.344	78.205
3.063	825	11.198	11.419
322	82	1.305	272
401	385	524	561
626	4.561	1.037	8.904
69.242	56.358	154.408	99.361

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
–	–	–	–
(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)
69.592	51.872	153.229	89.398

Movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre as contas a receber:

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
(4.486)	(6.309)	(9.423)	(10.566)
(1.613)	(9.579)	(2.430)	(11.996)
1.083	9.767	1.984	11.484
4.366	1.635	8.690	1.655
(650)	(4.486)	(1.179)	(9.423)

(i) Baixas realizadas de clientes com valores acima de R\$ 15 mil, sem expectativas de recebimento. Em 31 de dezembro de 2021, não houve movimentações atreladas a operações financeiras.

6 Tributos a recuperar

31/12/2021		31/12/2020	
Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
1.680	863	25.560	

	Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial									
	Consolidado									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos, ferramentas e instalações	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios	Desmobilização e contenção da Mina	Imobilizações em andamento	Mais-valia do imobilizado	Total	
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	6.660	114.596	707.616	23.625	27.398	24.276	4.857	5.515	914.543	
Adições	–	–	–	–	–	–	11.353	–	11.353	
Baixas	–	(978)	(3.018)	(253)	(57)	–	(90)	–	(4.396)	
Transferências	–	1.065	9.714	–	211	–	(10.990)	–	–	
Ativo disponível para venda	(798)	(48.380)	(97.273)	(49)	(4.040)	–	(3)	–	(150.543)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.862	66.303	617.039	23.323	23.512	24.276	5.127	5.515	770.957	
Adições	–	–	–	–	–	–	55.694	–	55.694	
Baixas	(1.167)	(49.613)	(102.648)	(757)	(4.379)	–	(17)	–	(158.581)	
Transferências	–	581	312	–	968	–	(16.300)	–	–	
Ativo disponível para venda	798	48.050	98.457	57	4.316	–	17	–	151.995	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.074	65.052	627.287	22.623	24.417	24.276	44.521	5.515	819.765	
Taxas médias de depreciação	–	4%	15,50%	23,40%	15%	4,10%	–	–	–	

Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	–	(49.715)	(454.799)	(22.504)	(23.479)	(11.309)	–	–	(561.806)	
Adições	–	(2.362)	(17.388)	(231)	(1.020)	(1.132)	–	–	(22.133)	
Baixas	–	878	2.009	78	56	–	–	–	3.021	
Ativo disponível para venda	–	6.734	36.350	29	3.153	–	–	–	46.266	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	–	–	(534.652)	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	–	(44.465)	(433.828)	(22.628)	(21.290)	(12.441)	–	–	(534.652)	
Adições	–	(1.453)	(13.537)	(177)	(787)	(1.132)	–	–	(17.086)	
Baixas	–	8.203	37.506	773	3.456	–	–	–	(45.590)	
Ativo disponível para venda	–	(6.658)	(35.489)	(37)	(3.396)	–	–	–	(45.590)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	(44.373)	(445.348)	(22.069)	(22.017)	(13.573)	–	–	(547.380)	

Perda por redução do valor recuperável – teste de impairment										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(3.581)	(13.322)	(73.784)	(475)	(2.236)	(12.965)	6	–	(106.357)	
Adição	–	–	(48.066)	–	–	–	–	–	(48.066)	
Reversão	2.051	7.746	112.696	472	1.342	1.132	–	–	125.439	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	–	(28.984)	
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.530)	(5.576)	(9.154)	(3)	(894)	(11.833)	6	–	(28.984)	
Reversão	–	331	945	11	342	1.132	–	–	2.761	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.530)	(5.245)	(8.209)	8	(552)	(10.701)	6	–	(26.223)	

Valor residual										
Em 31 de Dezembro de 2019	3.079	50.929	172.074	646	1.681	2	4.863	5.515	238.769	
Em 31 de Dezembro de 2020	4.332	15.632	167.098	692	1.326	2	5.133	5.515	199.730	
Em 31 de dezembro de 2021	4.544	14.822	168.823	562	1.848	2	44.527	5.515	240.643	

Perda por redução do valor recuperável – teste de impairment: A Companhia atualmente possui três Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") em operação: (i) fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia), que contemplam os ativos para produção de fibra sintética de polipropileno com unidade localizada em Manaus e os ativos para a produção de telhas de fibrocimento, com fábricas no Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e Bahia; (ii) telhas de concreto (Tégula), com uma unidade localizada na cidade de Alibaa-SP e (iii) uma mineradora (Sama), que destina a totalidade da operação para fins exclusivos de exportação amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. A última revisão realizada do valor recuperável de seus ativos relevantes ocorreu em 31 de dezembro de 2021. A revisão foi preparada por uma empresa especializada e independente e efetuada com base no cálculo do valor em uso e no valor líquido de vendas dos ativos. A conclusão dos testes de recuperabilidade destes ativos da Companhia e de suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no período. As metodologias utilizadas para o teste de recuperabilidade dos ativos do Grupo, foram: (i) fluxo de caixa descontado para a UGC de Fibrocimento, contemplando a produção de fibra sintética de polipropileno (Eternit da Amazônia) e a produção de telhas de fibrocimento e; (ii) valor líquido de vendas dos ativos para a UGC de Telhas de Concreto (Tégula). O efeito da reversão referente à depreciação e amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre o saldo de perdas por redução do valor recuperável foi de R\$ 2.743 no consolidado. **UGC de Fibrocimento (Eternit S/A e Eternit Amazônia):** As unidades industriais da Eternit S/A, juntamente com a unidade que produz a fibra sintética de polipropileno, localizada em Manaus, são consideradas como uma única UGC para fins de teste de recuperabilidade de ativos desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia fez a revisão do valor recuperável da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, utilizando as principais premissas para o cálculo do valor em uso mencionadas a seguir: **• Período de avaliação:** dez anos; **• Taxa de crescimento:** receitas, custos e despesas com base no orçamento 2022 aprovado pelo Conselho de Administração e, a partir do segundo ano, premissas macroeconômicas, tais como PIB e inflação projetada e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável; **• Taxa de desconto:** custo ponderado de capital do Grupo (WACC) de 14,6% a.a. O valor operacional da UGC foi superior ao valor contábil dos ativos em 31 de dezembro de 2021, não possuindo indicativo de impairment pelo valor em uso. **UGC Telhas de Concreto (Tégula):** Para realizar o teste de recuperabilidade dos principais ativos do imobilizado da Companhia, alocados nas classes de máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias, moldes, terrenos e demais ativos, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda. O valor resultante da avaliação a valor justo da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 53.522, sendo muito superior ao valor contábil de R\$ 24.647. A mensuração considerou os seguintes métodos de avaliação: (i) **Edificações e benfeitorias:** custo de reprodução. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil, não apresentaram perda por redução do valor recuperável (impairment); (ii) **Terrenos:** método comparativo. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução do valor recuperável (impairment); (iii) **Máquinas, equipamentos, moldes e demais ativos:** valor de mercado para os itens similares encontrados no mercado e custo de aquisição depreciado para os itens que não possuem similares no mercado. Por apresentarem valores de realização por valor líquido de venda superior ao valor contábil não apresentaram perda por redução do valor recuperável (impairment). Deste modo, a Companhia não registrou provisão para perda por redução do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, uma vez que o seu valor justo foi superior ao valor contábil. **UGC Mineração (Sama):** Conforme divulgado em nota explicativa às demonstrações contábeis da Eternit, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido à hibernação das atividades de mineração, a Companhia registrou uma provisão para perda por recuperabilidade de seus ativos correspondente a R\$ 7.835, não havendo a necessidade de revisão da UGC no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 decorente, principalmente, às incertezas jurídicas que possam afetar a continuidade operativa da controlada. Dessa forma, a Administração aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho) contra a Lei do Estado de Goiás, de forma a revisar o teste de recuperabilidade de seus ativos (impairment).

11 Intangível

	Controladora			
	Software	Software em andamento	Total	
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	16.817	–	–	16.817
Adições	–	6	6	–
Transferência	6	(6)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.823	–	–	16.823
Saldo em 1º de janeiro de 2021	16.823	–	–	16.823
Adições	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.823	–	–	16.823
Vida útil (em anos)	5	–	–	–
Amortização:				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(14.649)	–	–	(14.649)
Adições	(1.067)	–	–	(1.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.716)	–	–	(15.716)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(15.716)	–	–	(15.716)
Adições	(555)	–	–	(555)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.271)	–	–	(16.271)
Perda por redução do valor recuperável				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(2.032)	–	–	(2.032)
Reversão	2.032	–	–	2.032
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–	–	–	–
Saldo em 1º de janeiro de 2021	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–	–	–
Valor residual				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	136	–	–	136
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.107	–	–	1.107
Saldo em 31 de dezembro de 2021	552	–	–	552

	Consolidado			
	Software	Deságio e Mais valia do Marcas e intangível patentes	Software em andamento	Total
Custo				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	29.361	16.538	957	46.856
Adições	–	–	91	91
Transferências	–	–	(91)	–
Disponível p/ venda	(2.874)	–	–	(2.874)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26.578	16.538	957	44.073
Saldo em 1º de janeiro de 2021	26.578	16.538	957	44.073
Adições	–	–	49	49
Baixas	(2.857)	–	(17)	(2.874)
Transferências	49	–	(49)	–
Disponível p/ venda	2.914	–	17	2.931
Saldo em 31 de dezembro de 2021	26.884	16.538	957	44.179
Vida útil (em anos)	5	–	–	–
Amortização:				
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(26.329)	–	–	(26.329)
Adições	(1.547)	–	–	(1.547)
Disponível p/ venda	2.657	–	–	2.657
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(25.219)	–	–	(25.219)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(25.219)	–	–	(25.219)
Adições	(687)	–	–	(687)
Baixas	2.656	–	–	2.656
Disponível p/ venda	(2.714)	–	–	(2.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(25.964)	–	–	(25.964)

Perda por redução do valor recuperável										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.429)	(16.558)	(956)	–	–	–	–	–	(19.943)	
Reversões	2.231	–	–	–	–	–	–	–	2.231	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(198)	(16.558)	(956)	–	–	–	–	–	(17.742)	
Reversões	101	–	–	–	–	–	–	–	101	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97)	(16.558)	(956)	–	–	–	–	–	(17.611)	
Valor residual										
Saldo em 31 de dezembro de 2019	603	(20)	1	–	584	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.161	(20)	1	–	1.142	–	–	–	–	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	623	(20)	1	–	604	–	–	–	–	

12 Ativo de Direito de uso e obrigações de arrendamento

• O principal efeito decorre do reconhecimento do contrato de aluguel do terreno e galpão industrial onde se encontra instalada a fábrica de fibra de polipropileno em Manaus-AM, com prazo de vencimento em março de 2027. Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa de desconto de 15% a.a., correspondente ao custo médio ponderado para o financiamento de ativos desta categoria, haja vista que o Grupo possui o direito de controlar o ativo por um longo período em troca de contraprestação.

	Consolidado	
	Edifícios	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	11.210	11.210
Reversão	(900)	(900)
Depreciação	(1.161)	(1.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.149	9.149
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	9.149	9.149
Depreciação	(1.391)	(1.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.758	7.758
Passivo		
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	(11.210)	(11.210)
Reversão	900	900
Pagamento	2.140	2.140
Correção	(1.006)	(1.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.176)	(9.176)
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	(9.176)	(9.176)

15 Obrigações com pessoal

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
13º salário	8.391	6.522	11.611	8.201
Férias	4.045	3.829	5.913	4.755
Bônus (II)	8.541	3.492	8.541	3.921
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	376	485	548	890
Instituto nacional do seguro social – INSS (I)	7.539	8.643	9.652	10.925
Outros	26	5	272	305
28.908	22.976	36.537	28.987	
Circulante	22.692	15.746	29.530	19.981
Não circulante	6.216	7.230	7.007	9.006

(I) Em 31 de dezembro de 2021, saldo a pagar se refere a débitos junto ao INSS. Os débitos foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conformidade com a Lei nº 11.101/2005, totalizando R\$ 5.602 na controladora, sendo R\$ 1.358 no passivo circulante e R\$ 4.244 no passivo não circulante. No consolidado R\$ 6.938, sendo R\$ 1.903 no passivo circulante e R\$ 5.035 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025; (II) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar de bônus contempla: R\$ 2.483 a colaboradores, R\$ 4.088 ao conselho administrativo e R\$ 1.877 aos diretores.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda – IRPJ	3.638	296	3.905	319
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	–	298	438	414
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (I)	14.286	13.503	15.866	15.445
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	3.405	2.931	3.406	2.937
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	996	1.684	1.367	2.246
Programa de integração social – PIS	225	364	295	480
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	2.253	755	2.702	1.065

... continuação

registradas pelo valor histórico de R\$ 174. (III) **Resultado por ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício atribuível aos controladores	269.377	158.751
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzida da média das ações ordinárias em tesouraria	61.767	51.666
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	4,3612	3,0723

Não existe nenhum efeito diluente que deva ser considerado no cálculo anterior.

(IV) **Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação (R\$)
RCA (*) de 14 de dezembro de 2021	30/12/2021	14.918	0,2415
		14.918	

(*) RCA – Reunião do Conselho de Administração.

(V) **Dividendos:** Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação (R\$)
RCA (*) de 22 de fevereiro de 2022	08/04/2022	24.320	0,39373
		24.320	

(*) RCA – Reunião do Conselho de Administração.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar: O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2021, representa:

	Controladora e consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre capital próprio		25	-
Dividendos		24.320	-
		24.355	-

(V) **Subvenção para investimentos:** Foram registrados complementos no montante de R\$ 29.219 referente incentivos fiscais de ICMS conforme lei Complementar nº 160/2017 dos exercícios de 2016 a 2012. Adicionalmente, a Companhia registrou o valor de R\$ 20.022, relativo ao exercício de 2021.

(VI) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		269.377	158.751
Absorção de prejuízo acumulado		(105.039)	(158.751)
Constituição de Reservas:			
Legal		(8.221)	-
Estatutária		(8.221)	-
Subvenção de Investimento		(49.241)	-
Retenção de lucros		(59.417)	-
Lucro disponível		39.238	-
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos		(14.918)	-
Dividendos proposto		(12.315)	-
Dividendos adicionais propostos		(12.315)	-
Total		(99.236)	-
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios		24.355	-

	Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Retenção de Lucro em 2020		(85)	-
Lucros retidos do exercício		98.740	-
Juros sobre o capital próprio propostos e pagos		(14.918)	-
Dividendos propostos		(12.005)	-
Dividendos adicionais propostos		(12.315)	-
Retenção de Lucro em 2021		59.417	-

20 Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil: A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, em função da exclusão de receitas ou adição de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos no final de cada exercício, sobre as diferenças entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base na taxa de imposto esperada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas que foram promulgadas por lei tributária na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. (I) Reconciliação do benefício (despesas) de Imposto de Renda e Contribuição Social com seus valores nominais. A conciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) é a seguinte:

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
--	--------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Alíquota nominal combinada			34%	34%	34%	34%
----------------------------	--	--	-----	-----	-----	-----

Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e de contribuição social, às alíquotas nominais

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:	(100.720)	(61.134)	(117.988)	(65.841)		
--	------------------	-----------------	------------------	-----------------	--	--

Resultado de equivalência patrimonial

Incentivo fiscal (a)	7.447	1.444	17.116	3.248		
----------------------	-------	-------	--------	-------	--	--

Provisão para bônus e honorários da diretoria

Reversão da perda por redução ao valor recuperável do imobilizado			25.674	27.066		
---	--	--	--------	--------	--	--

Impairment

Compensação do prejuízo fiscal e base negativa	14.231	9.692	16.885	14.049		
--	--------	-------	--------	--------	--	--

Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como imposto de renda e contribuição social diferidos

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos			(6.901)	(14.307)		
---	--	--	---------	----------	--	--

Outras (adições) exclusões líquidas

Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício	(26.859)	(21.056)	(77.578)	(34.917)		
---	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	--	--

Imposto de renda e contribuição social correntes (b)

Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	934	(12.117)	1.831	(12.461)		
--	-----	----------	-------	----------	--	--

a) Incentivos fiscais de ICMS dos Estados Bahia e Goiás; b) Em setembro de 2021 a Companhia reconheceu crédito pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributários (vide Nota Explicativa nº 6). (II) Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
--	--------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social

Benefícios pós-emprego	13.555	11.886	27.752	31.245		
------------------------	--------	--------	--------	--------	--	--

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

Lucros não realizados nos estoques			1.238	341		
------------------------------------	--	--	-------	-----	--	--

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

Provisão para participação nos lucros e resultados	3.609	1.926	3.781	2.080		
--	-------	-------	-------	-------	--	--

Mercadorias não embarcadas

Perda por redução ao valor recuperável (*)	1.877	1.877	11.378	33.263		
--	-------	-------	--------	--------	--	--

Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques

Provisão Perda Remonta Mina	1.889	2.296	4.322	6.705		
-----------------------------	-------	-------	-------	-------	--	--

Crédito Extrapreço de Exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS

Outras provisões	(11.184)	(17.310)	(11.184)	(17.310)		
------------------	----------	----------	----------	----------	--	--

Efeito das diferenças temporárias não reconhecidas como impostos de renda e contribuição social diferidos

Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como impostos diferidos	(3.355)	-	(35.827)	(7.083)		
--	---------	---	----------	---------	--	--

(*) Vide Nota Explicativa nº 10 e 11.

O passivo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizada pela Companhia e por sua controlada Tégula para o período de 10 anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é impraticável e compensável com lucros tributáveis futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu impostos diferidos para o prejuízo fiscal e para base negativa nos montantes de R\$ 485.878 do saldo consolidado de prejuízo fiscal (R\$ 515.243 em 2020) e R\$ 544.014 da base negativa de contribuição social (R\$ 573.380 em 2020).

21 Receita líquida

Política contábil: A receita é mensurada quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita na venda de produtos é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, conforme o seguinte procedimento: • Identificar o contrato com o cliente; • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação e as obrigações de desempenho definidas em contrato; • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de venda de produtos e mercadorias	1.043.810	678.974	1.393.132	860.363		
Receita bruta de locação de imóveis				5		
Descontos e abatimentos incondicionais	(1.053)	(1.724)	(1.058)	(1.945)		
Impostos incidentes sobre as vendas (*)	(247.326)	(163.376)	(268.949)	(175.000)		
	795.431	513.874	1.123.125	683.423		

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 29.

22 Custos e despesas operacionais

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(512.711)	(385.450)	(632.075)	(456.079)		
Despesas com vendas	(51.934)	(37.443)	(94.141)	(60.499)		
Despesas gerais e administrativas	(50.290)	(39.050)	(89.080)	(75.695)		
Remuneração da Administração	(6.425)	(6.625)	(7.775)	(6.625)		
	(621.360)	(468.568)	(823.071)	(598.898)		
Matéria-prima consumida	(374.317)	(281.841)	(470.591)	(317.963)		
Despesas com pessoal e encargos	(115.269)	(88.297)	(142.984)	(114.213)		
Materiais, energia elétrica e serviços	(55.071)	(42.176)	(65.448)	(57.259)		
Serviços de terceiros	(19.300)	(15.830)	(55.536)	(38.333)		
Depreciação e amortização	(10.854)	(8.520)	(16.421)	(19.277)		
Comissões sobre vendas	(22.906)	(15.407)	(27.154)	(18.897)		
Despesas de vendas variáveis (I)			(13.277)	(6.540)		
Aluguel de bens móveis	(9.467)	(6.897)	(9.686)	(8.482)		
Gastos de paradas	(18)	(117)	(3.630)	(1.402)		
Despesas com viagens	(2.738)	(2.244)	(4.155)	(3.173)		
Despesas com material e serviços de informática	(3.000)	(2.696)	(5.621)	(5.169)		
Propaganda e publicidade	(2.382)	(509)	(2.563)	(1.076)		
Contribuição para entidades de classe	(415)	(272)	(1.127)	(1.176)		
Impostos e taxas	(1.933)	(2.020)	(2.875)	(3.060)		
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(531)	188	(562)	(512)		
Perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques	486	1.190	2.503	(1.871)		
Substituição de produto avariado	(542)	(371)	(598)	(398)		
Garantia de qualidade	(2.305)	(1.984)	(2.374)	(2.299)		
Auxílio moradia	(59)	(18)	(59)	(18)		
Outras	(738)	(747)	(912)	2.220		
	(621.360)	(468.568)	(823.071)	(598.898)		

(I) Despesa com CFEM e "royalties" variáveis sobre o faturamento da controlada Sama pagos ao Governo do Estado de Goiás.

Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

23 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais:						
Venda de bens do imobilizado (I)	1	1.868	128.224	4.159		
Aluguéis	-	-	905	1.202		
Recuperação de tributos	9.442	49.797	14.768	54.262		
Benefício ICMS crédito estímulo (II)	-	-	20.896	9.833		
Outras	3.384	396	7.036	1.955		
	12.827	52.061	171.829	71.411		

Outras despesas operacionais:

Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	4.957	(2.860)	6.289	(2.824)		
Provisão para benefício pós-emprego	(783)	(3.980)	(4.950)	(9.983)		
Recuperação Ambiental	-	-	(216)	(308)		
Impostos e taxas	(141)	(61)	(263)	(67)		
Gastos com indenizações trabalhistas e civis	(1.258)	(3.030)	(1.514)	(3.210)		
Custo da baixa de imobilizado e intangível (II)	(1)	(1.303)	(109.728)	(1.403)		
Desmontagem e reestruturação	-	-	621	(1.297)		
Contribuições sobre incentivos fiscais	(1.260)	(1.601)	(3.188)	(1.475)		
Perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	71.636	5.645	71.629		
Ganho com operação de processos judiciais	1.794	-	1.936	-		
Outras	(9.587)	(10.588)	(20.245)	(18.384)		
	(6.279)	49.193	(126.234)	(32.678)		

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

(I) Vendas através de leilão dos ativos da UPL-Louças Sanitárias (CSC) constantes no Plano de Recuperação Judicial do imóvel de Camaçari-BA e do imóvel de Aparecida de Goiânia-GO; (II) Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais na controlada Eternit da Amazônia; (III) Custo das baixas dos ativos constantes no item (I) e baixa por sucata e doação dos equipamentos da Precon transferidos para as unidades de fibrocimento.	6.548	101.254	45.595	104.089		
--	-------	---------	--------	---------	--	--

24 Resultado financeiro

Política contábil: A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras						
Juros sobre mútuo	(1.972)	(2.287)	-	-		
Juros passivos (I)	(1.323)	(5.681)	(7.621)	(14.589)		
Despesas bancárias	(2.864)	(2.010)	(3.988)	(2.850)		
Descontos concedidos	(8)	(204)	(8)	(351)		
IOF	(528)	(603)	(576)	(670)		
Variações monetárias passivas	-	-	(143)	(105)		
Outras	(236)	(88)	(2.089)	(1.364)		
	(6.931)	(10.873)	(14.425)	(19.939)		

	Controladora	Consolidado	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
--	--------------	-------------	------------	------------	------------	------------

... continuação

indeterminada a partir desta data para amparar a ação de execução de termo de ajuste de conduta nº 0000883-76.2017.5.05.0101; (viii) Seguro garantia, no montante de R\$ 683, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Colombo-PR), sendo a Eternit como tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022; (ix) Seguro garantia, no montante de R\$ 1.058, junto a Fairfax Seguradora S.A. para compra e venda de energia elétrica (Fábrica Rio de Janeiro-RJ), sendo a Eternit a tomadora e a Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda. a beneficiária, com vigência de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2022; (x) Fiança Bancária, no montante de R\$ 226, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel da Sede Administrativa da Eternit, sendo a própria Eternit a tomadora e IMMOB III Fundo De Investimento Imobiliário – FII o beneficiário, com vigência de 28 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022; (xi) Fiança Bancária, no montante de R\$ 1.744, junto ao Banco Daycoval para compra e venda de energia elétrica, sendo a TOMADORA, SAMA S.A. MINERAÇÕES ASSOCIADAS, e a BENEFICIÁRIA, Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda, com vigência de 01 de março de 2021 a 25 de fevereiro de 2022; (xii) Fiança Bancária, no montante de R\$ 39, junto ao Banco Daycoval, para garantir o aluguel de Centro de Distribuição – Fortaleza-CE, sendo a própria Eternit S/A a tomadora e Construtora Caribe Ltda. o beneficiário, com vigência de 01 de julho de 2021 a 30 de junho 2023.

29 Subvenções governamentais

Política contábil: As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções não reconhecidas sistematicamente na rubrica "receita operacional líquida" e "outras receitas (despesas) operacionais" durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício. Os benefícios recebidos na forma de subvenção governamental são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de reserva de capital Subvenção para Investimento no Patrimônio Líquido. A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores das subvenções governamentais totalizavam R\$ 36.838 (R\$ 13.055 em 31 de dezembro de 2020), conforme descrito a seguir: (i) Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás – Fomentar. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve valores para esse benefício; (ii) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 6.251 (R\$1.045 em 31 de dezembro de 2020); (iii) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor do benefício totalizou R\$ 9.692 (R\$ 4.819 em 31 de dezembro de 2020); (iv) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estimulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 um montante de R\$ 12.329 foi utilizado (R\$ 5.875 em 31 de dezembro de 2020); (v) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um montante de R\$ 8.566 foi utilizado (R\$ 3.958 em 31 de dezembro de 2020).

30 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Amortizações partes relacionadas mútuos ativos x partes relacionadas mútuos passivos	-	81.304	-	-
Compensação Nota de Débito a Receber x Mútuo a Pagar	8.778	6.843	-	-
Amortização desconto de duplicata	-	(66.291)	-	(97.866)
Imposto de renda retido sobre mútuo	(104)	(305)	-	-
	8.674	(21.551)	-	(97.866)

31 Provisão para benefício pós-emprego

Política contábil: A Companhia, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de assistência médica e assistência alimentícia aos ex-empregados. **I. Custo de aposentadoria e benefícios rescisórios:** Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso dos planos de aposentadoria de contribuição definida, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório. A remensuração, que inclui ganhos e perdas atuariais, o efeito das mudanças no teto do

ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), é refletida imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. A remensuração reconhecida em outros resultados abrangentes é refletida imediatamente em lucros acumulados e não será reclassificada para o resultado. O custo de serviços passados é reconhecido no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano. Os juros líquidos são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Os custos de benefícios definidos são classificados como segue: • Custo de serviços (incluindo custo de serviços correntes, custo de serviços passados e ganhos e perdas sobre reduções e liquidações); • Despesa ou receita financeira líquida; • Remensuração. Ganhos e perdas de redução são contabilizados como custos de serviços passados. A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos pela Companhia. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos. Um passivo decorrente de um benefício rescisório é reconhecido quando a entidade não consegue mais retirar a oferta do benefício rescisório ou quando o Grupo reconhece quaisquer custos de reestruturação relacionados, dos dois o que ocorrer antes. **ii. Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo:** Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a longo prazo são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros que se estima que sairão do Grupo referentes aos serviços efetuados pelo empregado até a data de reporte. **iii. Contribuições de empregados ou terceiros a planos de benefícios definidos:** Contribuições discricionárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo sobre o pagamento dessas contribuições para o plano. Quando os termos formais dos planos determinam que contribuições serão feitas pelos empregados ou terceiros, a contabilização depende das contribuições estarem relacionadas ao serviço ou não, conforme segue: • Se as contribuições não estiverem vinculadas ao serviço (por exemplo, é necessário efetuar contribuições para reduzir um déficit resultante de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais), elas afetam a reavaliação do passivo (ativo) associado com o benefício definido líquido; • Se as contribuições estiverem vinculadas ao serviço, elas reduzem os custos do serviço. Se o valor da contribuição depender do tempo (anos) de serviço, a entidade deve atribuir as contribuições ao período de serviço utilizando o método de atribuição exigido no parágrafo 70 da IAS 19/CPC 33 (para os benefícios brutos). Se o valor da contribuição for independente do tempo (anos) de serviço, a entidade pode reduzir o custo do serviço no período em que o serviço relacionado é prestado, ou reduzir o custo do serviço, atribuindo as contribuições ao período de serviço do empregado. As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O impacto referente a remensuração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a perda atuarial de R\$ 6.708 na controladora e ganho atuarial de R\$ 8.206 no consolidado. **iv. Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios**

	31/12/2021	31/12/2020
Mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Taxa esperada de inflação	4,36% a.a.	4,00% a.a.
	9,79% a.a. Sama (Alimentação)	6,94% a.a. Sama (Alimentação)
	9,84% a.a. Sama (Saúde)	7,35% a.a. Sama (Saúde)
Taxa nominal de desconto	9,83% a.a. Eternit	7,42% a.a. Eternit
Aging fator	1,50% a.a.	1,50% a.a.
Taxa real de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Rotatividade	NA	NA
Crescimento real do benefício	Inflação	Inflação

v. Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	3.659	2.582	7.871	7.211
Não circulante	36.209	32.378	73.773	84.686
	39.868	34.960	81.624	91.897

a) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo atuarial líquido no início do exercício	34.960	40.347	91.897	101.604
Custo dos juros e serviços do exercício	2.500	3.980	6.479	9.983
Benefícios pagos	(4.300)	(2.622)	(8.546)	(7.205)
Ajustes de experiência (*)	6.708	(6.745)	(8.206)	(12.485)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	39.868	34.960	81.624	91.897

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes.

(i) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
	39.868	1.770	1.906
Variação	4,44%	4,78%	

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento (0,5%)	Redução (0,5%)
	81.624	1.672	1.802
Variação	2,05%	2,21%	

b) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 (**)	31/12/2020(*)	31/12/2021(*)	31/12/2020(*)
Dentro dos próximos 12 meses	3.659	2.582	7.851	7.211
Entre 2 e 5 anos	14.271	11.182	29.866	30.382
Após 5 anos	28.833	15.227	57.702	39.802
	46.763	28.991	95.419	77.395

(*) Projetado até o fim da vida do último beneficiado. (**) Projetado para os próximos 15 anos.

32 Provisão desmobilização da mina

A controlada Sama registra provisão para potenciais desembolsos para o fechamento da mina de Cana Brava com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina – PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente dos desembolsos esperados		
2021	2.370	1.821
2022	2.470	1.898
2023 a 2032	4.433	3.406
	9.273	7.125

A recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2023 e 2034, conforme alterações de prazo já detalhadas no contexto operacional. Com base nas melhores informações, premissas e estimativas até a presente data, a Companhia realizou avaliação do Plano de Fechamento da Mina de Cana Brava para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, e complementou a provisão de custo da desmobilização da Mina em R\$ 2.148

33 Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, a Companhia iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2021, não houve movimentações.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas		
Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

34 Eventos subsequentes

Aquisição da Confibra: Em 10 de janeiro de 2022, a Eternit informou ao mercado que celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e os sócios da Confibra Indústria e Comércio Ltda. ("Confibra") para aquisição de 100% do capital social da Confibra. O preço de aquisição da totalidade das quotas da Confibra e do terreno onde a unidade está instalada é de R\$ 110 milhões (cento e dez milhões de reais). Adicionalmente, os vendedores terão direito ao recebimento de *earnout* no valor de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), corrigido pela variação do IPCA/IBGE, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras referente ao exercício de 2022. Em 16 de fevereiro de 2022 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a aquisição da Confibra. Dessa forma, a conclusão da operação está sujeita à aprovação da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). **Ampliação da capacidade de produção de fibra de PP da unidade de Manaus:** Em 18 de janeiro de 2022, a Companhia informou ao mercado que foi aprovado pelo Conselho de Administração a ampliação da unidade de Manaus, para 18.000 mil toneladas por ano de fibra de polipropileno, insumo na produção de telhas e sistemas construtivos. A ampliação da unidade representará um adicional em cerca de 40% da capacidade atual e terá investimento previsto de R\$ 24 milhões. A conclusão do projeto de ampliação da unidade está prevista para o final de 2023.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demons-trações financeiras, individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, con-siderando ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Paulo Henrique Z. Funchal Wilfredo **João Vicente Gomes** **João Vicente Silva Machado**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Gasparino da Silva – Presidente do Conselho de Administração **Louise Barsi** **Arlindo Porto**
Marcelo Munhoz Auricchio **Paulo Roberto Oliveira Andrade**

DIRETORIA

Luis Augusto Barcelos Barbosa – Presidente da Diretoria **Rodrigo Angelo Inácio** **Vitor Mallmann** **Jose Ricardo Reichert**

CONTADOR

Anderson Rebeque **Paulo Henrique Z. Funchal Wilfredo**
CRC nº 1SP 289263/O-0 **João Vicente Gomes** **João Vicente Silva Machado**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demons-trações financeiras, individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, con-siderando ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão aptos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

Paulo Henrique Z. Funchal

Wilfredo João Vicente Gomes

João Vicente Silva Machado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A. (Em Recuperação Judicial)
São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Eternit S.A. – Em recuperação judicial ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Eternit S.A. (Em recuperação judicial)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que detalha o Plano de Recuperação Judicial da Companhia ("Plano") aprovado em Assembleia Geral de Credores e os meios para recuperação judicial a serem utilizados pela Companhia que ainda continuam em curso. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas está atrelada à recuperação judicial. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa que a Companhia e suas controladas são parte em diversas ações civis públicas, que aguardam decisão, relacionadas ao ambiente de trabalho, a doenças ocupacionais e a danos morais aos trabalhadores originados pelo uso do amianto. A probabilidade de perda para parte dessas ações, conforme divulgado na referida nota explicativa, foi considerada pelos assessores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para essa parte, provisão para perda. Não foram divulgados os valores estimados para alguns processos considerados como perda possível, onde os assessores jurídicos não conseguiram realizar a respectiva mensuração, conforme divulgado na referida nota explicativa. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: ■ Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas

as unidades geradoras de caixa; ■ Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); ■ Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria. As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: ■ Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; ■ Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas; ■ Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas; ■ Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrang o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

